



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

ATA – 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

A 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia ocorreu na sala de reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Prédio Sede, localizado na Av. Almirante Barroso, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2015, no horário de 14h30 as 18h30.

Compareceram à reunião:

Participantes	
MACRODESAFIO	NOME
1. GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	<ul style="list-style-type: none">• Vânia Valente Couto Fontes Bitar Cunha – Des. Coordenadora dos Juizados Especiais• Rafael da Silva Maia - Juiz da 2ª vara criminal• Márcio Teixeira Bittencourt - Juiz da Comarca de São Caetano de Odivelas• Francisco de Assis de Amorim Fiuza, Analista Judiciário dos Juizados Especiais
2. CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Coordenador - Lucio Barreto Guerreiro – Juiz Auxiliar da Presidência• Márcio Góes - Coordenador de Aplicações
3. COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	<ul style="list-style-type: none">• Coordenadora - Ana Angélica A. Olegário - Juíza Auxiliar da Presidência
4. ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	<ul style="list-style-type: none">• Coordenadora - Silvia Mara Bentes de Souza Costa - Juíza Auxiliar da Presidência
5. GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES	<ul style="list-style-type: none">• Coordenador - Cesar Augusto D. Lobo - Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais
6. IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	<ul style="list-style-type: none">• Coordenadora – Kédima Pacífico Lyra – Juíza da 1ª Vara de Execução Fiscal• Márcio Góes do Nascimento - Coordenador de Aplicações
7. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	<ul style="list-style-type: none">• Otávio dos Santos Albuquerque - Juiz da 3ª Vara de Violência Doméstica contra Mulher• João Augusto de Oliveira Jr - Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da Capital
8. MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	<ul style="list-style-type: none">• Coordenador – Diogo Oliveira de Brito - Secretário de Gestão de Pessoas• Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski - Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa da ESM
9. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS	-----



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

10. INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	<ul style="list-style-type: none">• Coordenadora - Karla Loren Gonçalves - Assessora Especial da Presidência <p>Coordenadores das Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Maria de Nazaré Rendeiro Saleme – Secretária de Planejamento• Fabrício Nogueira Rodrigues - Diretor do DEAM• Valéria Athayde Fontelles de Lima – Coordenadora de Gestão Estratégica• Débora Gomes - Secretária de Controle Interno• David Bastos - Secretário Judiciário• Haroldo Rodrigues - Chefe DIAJU• Leonardo Abreu - Chefe DIAEX• Margarete Vasques Teixeira - Coordenadora Geral de Arrecadação• Fábio Djan - Coordenador de Estatística• Linomar Saraiva Bahia - Diretor do Departamento de Relações Institucionais
11. MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC	<ul style="list-style-type: none">• Coordenadora – Secretária de Informática - Nilce Longhi Ramôa• Mário José Matos Tavares - Secretaria de Informática• João Luiz Barbosa Silva - Secretaria de Informática• Márcio Góes do Nascimento - Coordenador de Aplicações
AÇÃO DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	<ul style="list-style-type: none">• Responsável - Sílvia Mara Bentes de Souza Costa - Juíza Auxiliar da Presidência
POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES TJPA	<ul style="list-style-type: none">• Responsável - Manoel de Christo Alves Neto - Coordenador de Saúde e Desenvolvimento de Avaliação de Pessoal

Primeiro dia - 30.11.2015 (Segunda-feira)

O primeiro dia de reunião iniciou às 15h30 com a abertura feita pela Juíza Dra. Sílvia Mara Bentes de Souza Costa, desejando boas-vindas e um bom trabalho a todos os participantes, em nome do Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro.

Em seguida, a senhora Karla Loren, apresentou um resumo executivo do Plano de Gestão, partindo da imagem da linha do tempo que expressa a evolução do processo de planejamento desde o âmbito nacional, com a Resolução n.º 198, do CNJ, perpassando pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

criação do planejamento estratégico estadual, Resolução nº 28, do TJPA, até chegar ao plano de gestão bienal, 2015-2017.

Discorreu sobre o objetivo da RAE, como avaliação da estratégica. Expôs que o plano se constitui de 63 ações, sendo que 11 delas já foram finalizadas e 52, ainda estão em andamento, conforme Anexo I.

A senhora Raquelita Athias apresentou a dinâmica da reunião, sendo que a situação de cada macrodesafio seria apresentada pelo Coordenador de Controle de Planejamento, seguida pela Coordenadora de Gestão Estratégica que abordaria algumas questões relevantes sobre andamento do plano. Após as apresentações seria franqueada a palavra a cada Coordenador de macrodesafio em questão.

Foi informado que os responsáveis deveriam fixar seus discursos em aspectos significativos e qualitativos, pois os aspectos quantitativos estão sendo acompanhados pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan).

MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL **Coordenador Juiz Lúcio Guerreiro**

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio apresenta uma ação finalizada, que trata sobre a concessão de certificado digital. E as outras sete ainda estariam em andamento. Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II. A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. No Juizado Especial está previsto a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 35 unidades em 2015, foram implantados em 2015 14 unidades. Vai ser reprogramado? E se for reprogramado irá coincidir com o cronograma de implantação nas varas cíveis.
2. Prazo de celebração do Protocolo de Intenções entre TJPA, Ministério Público (MP) e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP);
3. Andamento dos diagnósticos das unidades judiciárias, em especial para as unidades com taxa de congestionamento elevado.

O Juiz Dr. Lúcio Guerreiro esclareceu que houve reuniões com a Segup e Polícia Civil, todavia não obteve retorno por parte do MP. Com o objetivo de criar o laudo pericial *online* e o inquérito virtual, visando à celeridade e evitar perdas durante o trâmite. No que tange ao tema Justiça em Números, foi criado um grupo de trabalho que apresenta propostas de readequação do Sistema Libra, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Em relação ao PJE, afirma que a ação deveria estar concluída no final de 2015, no que tange às Varas de Juizados Especiais, no entanto devido às dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Informática, bem como restrições orçamentárias, os prazos deverão ser reajustados para março de 2016. Quanto às varas cíveis, estão no aguardo da homologação dos fluxos de acordo com o novo Código de Processo Civil (CPC), sendo necessário o sobrestamento dos prazos de implantação. Discorreu, também, sobre a dificuldade de implantação de novas varas em razão de espaço nas comarcas e limitações no orçamento, mas afirmou que o estudo de cenários prospectivos é permanente, necessitando de análise e posterior tomada de decisão.

Com relação à estrutura mínima funcional, no que diz respeito ao gabinete de magistrados, já foi concluída, restando o estudo de lotação em secretaria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

Acrescentou que a partir das análises técnicas sobre a taxa de congestionamento, está se pensando em estratégias para redução do percentual, com o apoio das Corregedorias. Percebeu-se que os servidores não tem a prática de “dar baixa” no sistema para o fim do processo.

Ponderou que a ação de concessão de certificação digital está 100% concluída.

MACRODESAFIO GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

Coordenador César Lobo

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio possui duas ações, uma ação finalizada e outra em andamento. Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos acerca da ação de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigantes:

1. Inviabilidade em finalizar a capacitação até o final do mês de novembro.
2. Situação de implantação de mecanismos de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigante.

O Senhor César explicou que o prazo expirou em razão de problemas de comunicação que foram sanadas. O mecanismo já foi apresentado pela equipe de desenvolvimento, e com ele será possível identificar, ao acessar o processo, as teses repetitivas e de repercussão geral, por meio de um sinalizador. Ponderou que as teses não são vinculativas, podendo os magistrados optar por sua adesão. Afirmou que até o fim de 2015, o sistema estará concluído.

MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Coordenador Juiz Raimundo Moisés Alves Flexa

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio possui quatro ações e todas estavam em andamento. Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Pontuou que o maior problema é em virtude de falta de alimentação do sistema e que muitas etapas encontram-se atrasadas. Informou que as equipes das Coordenadorias de Controle do Planejamento e Gestão Estratégica estariam à disposição para dirimir dúvidas e ou reprogramações necessárias.
2. Propôs reflexões sobre os prazos das ações. Alertou que a questão da Justiça Restaurativa é meta definida pelo CNJ para 2016.

O Juiz Dr. Otávio Albuquerque ponderou, em relação à ação de enfrentamento a violência contra mulher muitas etapas estão cumpridas, a exemplo do diagnóstico para detectar as comarcas com maior índice de demandas de violência contra a mulher. Ressaltou que o ideal seria ter um grupo exclusivo de oficiais de justiça para cumprir mandados de medidas protetivas e questões afins, cuja viabilidade está em análise pela Presidência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

No que tange a promoção da Justiça Restaurativa, já está marcado a realização, em caráter experimental, três círculos restaurativos. Destacou que a equipe multidisciplinar formada por pedagogo, psicólogo e assistente social, fizeram cursos sobre o tema.

O Presidente destacou que três unidades judiciárias trabalham com tema de Justiça Restaurativa, em Santarém (violência contra a mulher) e Belém (3ª e 4ª varas de violência doméstica e familiar contra a mulher) e ponderou a necessidade de unificação para traçarem um só caminho, haja vista que é meta do CNJ para o ano de 2016.

O Juiz Dr. Otávio Albuquerque informou que já está em contato com a equipe da capital, uma vez que ela já possui experiência e entrará em contato com a equipe de Santarém.

O Juiz Dr. João Augusto de Oliveira discorreu sobre o aperfeiçoamento do sistema Libra para promover a interoperabilidade entre este e os sistemas de controle da execução penal. Márcio Góes esclareceu que a interoperabilidade está quase concluída com a Polícia Civil, já com o MP falta a parte de comunicação. Já há comunicação entre os sistemas do TJPA e da Susipe. À Defensoria Pública foi franqueada a consulta ao sistema Libra.

INTERVALO PARA O CAFÉ

MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO Coordenadora Juíza Sílvia Mara Bentes da Costa

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio possui três ações, uma delas finalizada e as outras duas estão em andamento. Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Dúvidas quanto a implantação de sistema eletrônico para resolução de conflitos até o final de 2015.
2. O sistema escolhido foi o PJE. Já foi implantado no CEJUSC da Casa da Justiça e Cidadania? Foi feita melhorias ou ajustes?
3. Como está sendo realizada a sensibilização e capacitação de conciliares, mediadores?

A Juíza Dra. Sílvia Mara ressaltou que a opção pelo PJE para registrar as informações de soluções alternativas de conflito foi uma questão nacional, dessa forma foi desenvolvido pelo TJPA módulo extrajudicial. Todavia, apesar da implantação e a capacitação dos servidores no sistema, ainda não há registros de alimentação, inviabilizando sua homologação.

Também informou que o TJPA apresenta atualmente cinco servidores aptos para fazer o curso de formação de instrutores devido às exigências de procedimento pelo CNJ.

Foi realizada capacitação na FAMAZ para atuarem como mediadores. O NUPEMEC vai realizar a capacitação de 02 turmas em Paragominas, no primeiro semestre de 2016.

O Presidente sugeriu que os servidores das Corregedorias fossem capacitados para agirem como mediadores.

A Juíza Dra. Sílvia Mara solicitou que a etapa de capacitação fosse transformada em etapa de criação de novos Cejusc.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

AÇÃO DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA: “AÇÃO ELABORAR O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ”

Coordenadora Responsável Juíza Silvia Mara Bentes da Costa

O senhor Gleison apontou que a iniciativa está em andamento, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Atrasos em etapas e possíveis modificações em virtude do Novo CPC.

A Juíza Dra. Silvia Mara ponderou que diante das possibilidades de alteração da *vacatio legis* do Novo CPC, seria mais viável alterações somente no que tange às normas de organização judiciária.

O Presidente asseverou que a Justiça Militar já concluiu a parte que lhe era cabível e apontou que estão ocorrendo muitos entraves para cumprimento da ação.

MACRODESAFIO MELHORIA NA GESTÃO DE PESSOAS

Coordenador Diogo Oliveira de Brito

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio possuía quatro ações em andamento.

Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Em virtude do atraso na contratação da consultoria de Gestão por Competência faz-se necessário avaliar se as ações “Lotar e movimentar servidores com base em suas competências e de Revisar processo de avaliação de desempenho” acontecerão até o ano de 2016.
2. Como está sendo realizado o Plano de Capacitação pela ESM?

O senhor Diogo afirmou que ações decorrentes da contratação de consultoria em gestão por competência dificilmente se concluiria em um curto espaço de tempo, haja vista que se trata de um processo licitatório complexo. Acrescentou que, segundo informações da Secretaria de Administração, o edital será lançado no final de 2015. Acredita que o trabalho da consultoria teria a duração de no mínimo de dois a três anos.

A Dra. Patrícia explicou que apesar de depender dos estudos de gestão por competência, está formulando o plano de capacitação baseado nas demandas e exigências do poder Judiciário Estadual e Nacional. Informou que o sistema escolhido pela Escola da Magistratura para controle acadêmico e de ensino à distância foi o do Tribunal de Justiça do Tocantins.

O excelentíssimo Presidente Constantino demandou priorização de cursos em plataforma de Ensino à Distância (EAD) para atender os servidores e magistrados do interior, bem como lembrou da necessidade da Escola da Magistratura se transformar em Escola do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

MACRODESAFIO COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Coordenadora Juíza Ana Angélica Olegário

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio possuía três ações, uma finalizada e as outras em andamento. Apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou o seguinte questionamento:

1. Atraso na etapa de criação de chamada de priorização das ações de improbidade e crimes contra à administração no sistema Libra.

A Juíza Dra. Ana Angélica esclareceu que a etapa estará concluída até dezembro de 2015 e pontuou que ocorreu no período de 16 a 20 de novembro de 2015. Foi realizada Força Tarefa, na forma de Mutirão, em todas as varas do Poder Judiciário, para priorizar o julgamento de processos relativos à corrupção, improbidade administrativa e às ações coletivas, informou ainda, que os resultados serão divulgados posteriormente.

AÇÃO DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA - POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES TJPA
Coordenador Manoel de Christo Alves Neto

O senhor Gleison apontou que a iniciativa possui duas ações em andamento e apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Atraso em etapas referentes à ação de elaboração da política, em especial a do Manual orientador e da publicação da política do TJPA.

O senhor Manoel de Christo reconheceu incipiência na alimentação do sistema de monitoramento, mas discorreu sobre várias realizações decorrentes da política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores TJPA, por exemplo, campanhas como o Outubro Rosa, Novembro Azul e Hiperdia.

ENCERRAMENTO

O excelentíssimo Presidente Constantino encerrou o primeiro dia agradecendo a presença e reafirmando a necessidade de comparecimento de todos no segundo dia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

Segundo dia - 01/12/2015 (Terça-feira)

A senhora Raquelita abriu os trabalhos do segundo dia e relembrou a dinâmica da reunião. A RAE iniciou às 15h15 e foi encerrada pelo Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro.

MACRODESAFIO GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
Coordenadora Karla Loren Gonçalves

A senhora Karla Loren explicou que o macrodesafio é composto por vinte ações das quais quatro foram finalizadas demonstrando também o percentual de andamento de cada ação até novembro de 2015, conforme Anexo I.

INICIATIVA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
Responsável Maria de Nazaré Rendeiro Salame

O senhor Gleison apontou que a iniciativa possuía duas ações em andamento e apresentou gráfico com percentual de cumprimento de cada uma delas, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Observam-se atrasos pontuais das ações que envolvem a Coordenadoria de Arrecadação. Qual a situação atual e as perspectivas de cumprimento.

Existem etapas que dependem da informática e da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), são situações que fogem da ingerência da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças. Sobre os projetos de lei que estão em tramitação na ALEPA, os mesmos estão sendo acompanhados pelo próprio presidente.

Quanto ao grupo multidisciplinar de acompanhamento das receitas ressalta-se que o mesmo já foi criado e a primeira reunião ocorrerá ainda em dezembro. O grupo é de suma importância para se discutir problemas oriundos da queda tanto da arrecadação quanto da venda de selos e também a diminuição do valor transferido pelo Tesouro para o TJPA. Este grupo irá informar ao presidente questões referentes à arrecadação e orçamento do Tribunal.

INICIATIVA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO
Responsável Fabrício Nogueira Rodrigues

O senhor Gleison apontou que a iniciativa possui três ações em andamento, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Não há atraso nesta iniciativa, porém os prazos estão programados para 2016. Quais as perspectivas de cumprimento.
2. Questionou que a ação de política de segurança dos prédios do Poder Judiciário não foi iniciada.

O senhor Fabrício afirmou que a maioria das ações foi prevista para o ano de 2016 por não haver previsão orçamentária para atender alguns contratos em 2015. Pontuou que a ação da política de segurança não foi iniciada, haja vista que necessita de conclusão de etapas da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

ação de fixação de padrões construtivos. Por conta da restrição orçamentária a quantidade do produto prevista no plano de gestão terá que ser redefinida.

A senhora Valéria ressaltou que as equipes da Gestão Estratégica e de Controle de Planejamento encontram-se a disposição para fazer os ajustes necessários para que a ação aconteça.

INICIATIVA GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO **Responsável Valéria Athayde Fontelles de Lima**

O senhor Gleison apontou que a iniciativa é composta de quatro ações, sendo que uma já está concluída, conforme Anexo II.

A senhora Valéria informou que não há atrasos nas ações, porém a preocupação é quanto ao desenvolvimento pela Secretaria de Informática do módulo dentro do Simplan para monitoramento do Planejamento Estratégico. Foi concluída a ação de alinhamento do Planejamento Estratégico, Plano Plurianual e Plano de Gestão 2015-2017. Quanto a ação que trata do fortalecimento do sistema de estatística foi ressaltado que a mesma ao ser concluída passará a ser rotina.

O senhor Fábio Djan destacou que o sistema de estatística visa a gestão da informação. Informou que o TJPÁ ganhou selo ouro do CNJ pelo desempenho em 2015 e que faltaram cinco pontos para o selo diamante, em especial referente aos casos novos eletrônicos.

INICIATIVA APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS **Responsável Maria de Nazaré Rendeiro Salame**

O senhor Gleison apontou que a iniciativa é composta por uma ação que está em andamento, conforme Anexo II.

A Secretária Nazaré informou que nesta data foi publicada a lei de reestruturação do Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção que passou a ser Secretaria de Engenharia e Arquitetura. Essas reestruturações foram pensadas durante a elaboração do Plano de Gestão junto com os Desembargadores. Encontram-se na ALEPA as reestruturações da Secretaria de Planejamento e Secretaria de Gestão de Pessoas. Para 2016 estão previstas as reestruturações da Secretaria de Informática, Controle Interno e Escola Superior da Magistratura.

INICIATIVA APERFEIÇOAMENTO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCO **Responsável Débora Gomes**

O senhor Gleison apontou que a ação do Controle Interno foi toda reformulada.

A senhora Valéria levantou o seguinte questionamento:

1. Atraso nas etapas e serão analisados os pedidos de prorrogação de prazo?

A Secretária Débora apresentou *slides* sobre o andamento da ação informando que houve reformulação na previsão inicial que tratava do gerenciamento de riscos, porém por conta de limitações técnicas e financeiras foi revisto. O foco do controle interno passou para manualização. O controle interno verificou que alguns setores queriam manualizar seus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

procedimentos, porém não sabiam por onde começar. Foi realizado um *workshop* de sensibilização e oficinas, houve atualização do manual base e capacitação sobre a ferramenta *Bizage*, em parceria com a Secretaria de Informática. Está em análise a possibilidade de criação de uma comissão multidisciplinar para avaliar os manuais.

INICIATIVA OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO **Responsável Nilce Longhi Ramôa**

O senhor Gleison apontou que houve reformulação com acréscimo de três ações. A senhora Valéria destacou que o Secretário David foi quem mais concluiu ações do Plano e levantou os seguintes questionamentos:

1. Atraso na etapa de customização de formulário para solicitar criação de súmulas no 2º grau no SIGA DOC.
2. Atraso na publicação do fluxo para solicitação de criação de súmulas.

O senhor David ressaltou que foram incluídas novas ações que estão em andamento. Quanto às súmulas houve reformulação do manual, no entanto falta atualizar no Simplan. Em relação ao pregão eletrônico informou que já está instalado nas câmaras criminais reunidas, bem como o módulo de alvarás de soltura. No que tange as padronizações das rotinas cartorárias do segundo grau foi feito um trabalho que abrange o protocolo e a correspondência e até o final de 2016 será concluído o Manual de rotinas das secretarias das câmaras reunidas e isoladas cíveis e criminais.

MACRODESAFIO INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC **Responsável Nilce Longhi Ramôa**

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio é composto de sete ações, sendo que encontram-se em andamento, conforme Anexo II.

A senhora Valéria levantou os seguintes questionamentos:

1. Andamento do projeto do prédio do datacenter com sala segura que tem prazo para janeiro de 2016.
2. Manutenção da previsão de implantação dos circuitos de internet e redundante até dezembro de 2015 na ação de melhorar serviços de comunicação de dados.
3. Qual o andamento da ação 'melhorar o funcionamento da central de atendimento e do monitoramento de TIC', em relação às etapas de reestruturação do laboratório de manutenção de equipamentos de informática até o final de novembro de 2015 e de aquisição de nova central telefônica.
4. Avaliação do modelo de fábrica de software implantado da Ação 'aprimorar a gestão dos sistemas informatizados corporativos'.
5. Andamento da etapa de integração dos sistemas judiciais com o Laudo Pericial *on line* na Ação integrar sistemas do TJPA a sistemas externos.

A senhora Nilce ponderou que o projeto do datacenter está sendo elaborado pela empresa responsável e então a engenharia poderá fazer o termo de referência. A parte mais específica, que corresponde a sala segura, já está pronta, aguardando entrega do projeto geral pela empresa.

Ressaltou que essa ação é muito importante inclusive para melhorar a implantação e uso do processo judicial eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

Expôs que a expectativa de entrega do projeto completo para iniciar a tramitação de processo licitatório será em janeiro de 2016 e a inauguração do *datacenter* prevista para janeiro de 2017.

No que tange à melhoria dos serviços de comunicação de dados, esclareceu que o aprimoramento no serviço é de três tipos. Um deles se refere à implantação de fibra ótica que integra os quatorze prédios do TJPA em Belém. O outro é a obra de expansão da fibra ótica até Castanhal que está em bom andamento e por fim a instalação dos satélites para as demais comarcas que ficarão prontos em 2016.

Relativa à central de serviços, o programado era mudar esse serviço para a *Casa Amarela 1* (Rua Conselheiro Furtado), mas não foi possível fazer a reforma que abarcasse a mudança. Assim, como alternativa, foi deslocado o laboratório para a *Casa Amarela 2* (Rua Rui Barbosa com Nazaré).

A senhora Nilce avaliou de forma positiva o modelo de fábrica de *software*, pois além de ser um modelo preconizado pelo CNJ e Tribunal de Contas da União (TCU), ele funciona por quantidade de serviços, o que exige que a empresa prestadora cumpra as demandas contratadas. Todavia, se não há recursos financeiros para arcar com a demanda, os processos ficam aguardando a viabilidade. Diante disso, foram priorizadas as ações, consideradas imprescindíveis.

O projeto de integração dos sistemas para a geração do Laudo Pericial *on line* vem desde a gestão anterior e está dependendo de providências do Instituto Renato Chaves. Explicou que mesmo com a entrega aos magistrados de um acesso para consulta aos laudos via sistema do Instituto, que considera instável, expôs que almejam garantir acesso às informações necessárias por meio do Libra, justificando por isso que não foi dada como cumprida.

Esclareceu, também, apesar de o desenvolvimento do sistema de custas judiciais estar em andamento, estão à espera de aprovação das regulamentações para continuar o serviço.

O senhor Mario Tavares questionou como as equipes devem se preparar para assimilação do cenário econômico de limitação e que fica fora da governabilidade decisória das equipes executoras, haja vista que as ações planejadas deverão ser cumpridas. Ponderou que talvez não seja possível o total cumprimento, devendo acontecer a reprogramação do previsto inicialmente.

A senhora Raquelita ponderou que a Secretaria de Planejamento, em conjunto com as áreas envolvidas podem efetuar estudos para a verificação do que será efetivamente executado. Mas expôs que, sendo o planejamento um meio, ele sempre poderá ser reprogramado. E por isso que a equipe está à disposição dos setores para reprogramar as ações.

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

Coordenadora Cleomarina Moura

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio é composto de uma ação, sendo que se encontra em andamento, conforme Anexo II.

Valéria levantou o seguinte questionamento:

1. Atraso no cronograma de implantação do sistema de custos, em especial quanto a etapa de definição do modelo de sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

A Secretária de Planejamento Nazaré Saleme, em substituição a Senhora Cleomarina, iniciou relatando que essa ação mudará a cara interna do TJPA, e com ela será possível mensurar despesas de toda ordem seja de unidades da área fim como setores da área meio. Todavia, alertou que para o sucesso dessa ação a integração e participação de todos os componentes do TJPA é muito importante, pois caso os responsáveis não alimentem corretamente o sistema com as informações necessárias o resultado será equivocados. Explicou que o atraso na execução da ação e dificuldade de escolha de um modelo de sistema se dá em virtude do elevado custo encontrado nas pesquisas feitas no mercado. Outra alternativa apontada é promover uma avaliação nos outros módulos do sistema Thema que abarquem essa necessidade, e dentro das possibilidades orçamentárias, adquiri-los.

MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO

Realização de dinâmica de relaxamento e alongamento conduzido pelo Coordenador de Saúde e Desenvolvimento de Avaliação de Pessoal - Manoel de Christo Alves Neto com os participantes da Reunião de Avaliação da Estratégia.

MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA **Coordenadora Juíza Mônica Maciel**

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio é composto de sete ações, sendo que encontram-se em andamento, conforme Anexo II.

A senhora Valéria, além de expor que as ações de itinerância, ribeirinho cidadão e banco de informações coletivas estão sem atrasos, levantou os seguintes questionamentos:

1. Atraso no Manual de procedimentos da infância e juventude pela CEIJ;
2. Ganhos qualitativos para o Poder Judiciário com a criação do Grupo de Trabalho que apoia o julgamento de ações coletivas;
3. Resultado da pesquisa realizada com magistrados sobre a redefinição de competências das varas agrárias especializadas.

O Juiz Rafael Maia elencou os outros responsáveis por ações e demonstrou a relevância do macro para a Sociedade. Acrescentou que quanto ao manual, este foi encaminhado para a presidência via Siga-Doc, mas que pode ter havido problema na alimentação do sistema nesse ponto. Esclareceu que as minutas de manual de procedimentos da Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude (CEIJ) também foram encaminhadas. No que tange as ações de itinerância, adicionou que por meio do modal hidroviário várias comunidades estão sendo contempladas.

A Desembargadora Vânia Bitar expôs a honra de participar de reuniões dessa natureza e que as ações de itinerância estão em andamento com muito sucesso, exemplificando o projeto de Ribeirinho Cidadão em São Caetano de Odivelas e Maracanã; Esporte com Justiça e o Verão com Justiça nos balneários de Mosqueiro, Outeiro e Salinópolis, bem como aquelas desenvolvidas por meio do barco da Caixa Econômica em locais de difícil acesso. Pontuou, inclusive, o início da jornada de conciliação nos juizados especiais para enxugar as pautas de audiência, a fim de garantir a eficácia dos juizados. Adicionou, ainda, que a implementação de projetos com juízes leigos está em análise orçamentária, visando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Departamento de Planejamento e Estatística

apoiar os juízes, além de incremento no corpo de mediadores próprios dos juizados. Pontuou a vontade de realizar ajustes em gabinete e secretaria virtual.

O Juiz Rafael Maia, esclareceu ainda, que o mesmo grupo de trabalho que combate as ações de corrupção também trabalha nas ações coletivas. Ponderou que fazer o diagnóstico das ações coletivas é uma tarefa de grande complexidade e por isso tem enfrentado grande dificuldade na conclusão dos trabalhos. Ressaltou que está sendo elaborado relatório qualitativo dos dados, a ser posteriormente registrado no Simplan.

O Juiz Marcio Bittencourt discorreu sobre o andamento da ação de sua responsabilidade, demonstrando o resultado da pesquisa feita com os magistrados. Aproveitou para expor os fundamentos do estudo que serviu de base para o desenvolvimento da ação de redefinição de competências das varas agrárias especializadas.

INTERVALO

MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS **Coordenadora Juíza Kédima Pacífico Lyra**

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio é composto de duas ações e que ambas estão finalizadas.

A senhora Valéria parabenizou a gestora do macrodesafio pelo trabalho, finalizando com agradecimentos ao cumprimento da ação em nome de toda a equipe.

A Juíza Kédima expôs os caminhos, dificuldades e resultados obtidos por meio do desenvolvimento das duas ações. Concluiu ressaltando o efetivo ganho para o Poder Judiciário e para a sociedade.

DELIBERAÇÕES DA RAE

- ❖ Incluir projeto audiência de Custódia no Plano de Gestão.
- ❖ Incluir projeto gestão das varas da fazenda no Plano de Gestão.
- ❖ Atualizar o Plano de Gestão 2015-2017, inclusive quanto às ações incluídas e excluídas e responsáveis (Portaria n.º 1593/2015-GP).
- ❖ Excluir as ações 'Lotar e movimentar servidores com base em suas competências' e 'Revisar processo de avaliação de desempenho', ambas do Macrodesafio Gestão de Pessoas.

ENCERRAMENTO

O Presidente Desembargador Constantino Guerreiro agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião às 18h30.